

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.492.134 - MA (2019/0126092-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ANA DOMINGAS RODRIGUES (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ANA DOMINGAS RODRIGUES contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, assim resumido:

APELAÇÃO CRIMINAL TRÁFICO DE DROGAS RECURSO MINISTERIAL CONDENAÇÃO NECESSIDADE MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS RECURSO PROVIDO.

1. Impõe-se a condenação da apelada nas sanções do artigo 33 da Lei 11.343/06 vez que a autoria e a materialidade se encontram devidamente comprovadas, afastando-se a absolvição observada na sentença fustigada.

2. Recurso ministerial provido.

Quanto à controvérsia, alega violação do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06, no que concerne à aplicação da minorante prevista no referido dispositivo, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Atendidos os requisitos legais e, especialmente, face à ausência de fundamentação apta a afastar o reconhecimento da minorante em tela, impõe-se a máxima redução ora pretendida, com a consequente alteração da dosimetria da pena e do regime inicial de cumprimento, e conduzindo-se à substituição da pena restritiva de liberdade por restritiva de direitos. (fl. 232).

É o relatório. Decido.

O Tribunal de origem, ao examinar a primeira e a segunda controvérsias, fundamentou da seguinte maneira:

Deixo de aplicar a causa redutora do §4º, do art. 33, da Lei 11.343/06, por entender que a Apelada se dedica à atividade criminosa, vez que, responde na 1ª Vara de Entorpecentes da Comarca da Ilha de São Luis, ao Processo nº 18555/2017, pelo crime de tráfico de drogas. (fl. 222)

Assim, na espécie, verificar a incidência da redutora prevista no art. 33, § 4º,

da Lei n. 11.343/06 demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório constante nos autos, o que atrai a incidência do óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”).

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no Resp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e Resp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente